



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0002311-23.2018.8.26.0037  
Classe - Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel  
Exequente: Antonio Nunes  
Advogado/OAB: N/C  
Executado: Hélio Borba  
Advogado/OAB: N/C

Aos 06 de agosto de 2018 às 16:17, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, Rogerio Bellentani Zavarize, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL:** Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte executada pagará à parte exequente o valor de **R\$2.500,00**. O valor bloqueado (p. 27) deverá ser liberado em favor do executado. **ÉPOCA DO PAGAMENTO:** em 07 parcelas mensais e consecutivas discriminadas da seguinte forma: a primeira parcela no valor de R\$1.000,00 e o restante no valor de R\$250,00 cada. **PARCELAMENTO:** a primeira parcela é paga neste ato e em espécie e as demais vencerão todo dia 06 dos meses subsequentes; última parcela vencerá em 06/02/2019. **FORMA DE PAGAMENTO:** depósitos bancários na conta corrente em nome da parte credora (conta nº 01014576-8, agência nº 0044, Banco Santander, CPF nº 981.736.268-04). No caso de depósito(s) em conta, caso haja alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte ré deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA:** a execução voltará a prosseguir pelo débito original devidamente corrigido e atualizado, com acréscimo de multa de 10% sobre o saldo devedor atualizado (subtraindo-se o valor das parcelas pagas). Em caso de parcelamento, a falta de pagamento de uma parcela acarretará vencimento antecipado das demais. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença:** "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia do devedor para pagar em 15 dias, pois ela somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). O cumprimento do acordo não precisa ser informado nos autos e será considerado cumprido se não houver comunicação sobre o descumprimento até dez dias depois de decorrido o prazo. **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo assinado digitalmente pelo MM. Juiz. Dispensada a digitalização e juntada aos autos do documento físico assinado pelos presentes. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Telmo Correia Arrais

Exequente:

Executado